

Formação docente em LIBRAS como trajetória para inclusão escolar

Autoras:

Amanda Tássila Gomes Silva

Pedagoga, professora da Rede Municipal de Educação de Piripiri, Piauí

Antônia Rafaela Martins Rêgo

Docente na Faculdade de Educação - Universidade Federal de Uberlândia

Arlene Rodrigues de Souza Viana

Pedagoga, professora da Rede Municipal de Educação de Piripiri, Piauí

Franciele do Nascimento Lima

Pedagoga, professora da Rede Municipal de Educação de Piripiri, Piauí

Maria das Graças Lessa Nascimento

Graduada em Letras Portugêses, professora da Rede Municipal de Educação de Piripiri, Piauí

Clarissa Lessa Nascimento

Mestranda em Biodiversidade e Conservação, integrante do laboratório de Etnobiologia e Conservação - UFPI

DOI: 10.58203/Licuri. 83086

Como citar este capítulo:

SILVA, Amanda Tássila Gomes et al. Formação docente em LIBRAS como trajetória para inclusão escolar. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 58-68. v. 2.

ISBN: 978-65-999183-0-8

Resumo

A formação dos docentes em libras é uma necessidade no ambiente atual da educação conforme as reformas educacionais. Dessa forma, pretende-se a partir do presente estudo, analisar e discorrer sobre a importância da formação de docentes em Libras para atuar com alunos surdos nas escolas. O desenvolvimento deste estudo partiu da importância do ensino de Libras na formação de docentes na educação básica. Para tanto tomamos como referencial teórico os estudos de Couto (2014), Dias (2006), Lacerda (2007), Pereira (2008) entre outros. Observamos que a formação dos docentes em Libras é de suma importância, pois quando a libras é usada na sala de aula para a comunicação do aluno surdo, proporcionam aulas mais interativas, facilitando a obtenção do conhecimento para o surdo. Trata-se, portanto de uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual se utilizou como instrumento uma revisão bibliográfica. Os resultados encontrados neste trabalho evidenciaram que a formação docente especializada é necessária também uma adaptação escolar que atenda às necessidades do aluno surdo. Dessa forma, possibilitando a criação de espaços inclusivos desses alunos nas instituições escolares.

Palavras-chave: Aluno surdo. Educação Básica. Política Educacional.

INTRODUÇÃO

Atualmente um dos maiores debates que surgem da proposta de educação inclusiva diz respeito a formação do professor, pois é exatamente o reflexo do sucesso no ensino de Libras. Assim sendo, é fundamental que exista durante a prática pedagógica uma interação entre o professor e o aluno surdo, em que ensinar Libras, não se constitui em apenas transmitir o conteúdo, mas também, propor uma internalização ao aluno do conhecimento disciplinar proposto em sala de aula.

Ao pensarmos na inclusão do aluno surdo, a escola deve considerar as necessidades e os direitos das crianças surdas a vivência em um contexto bilíngue para a aprendizagem, e na procura de bons resultados educacionais, compreender as condições culturais e linguísticas da criança surda (LACERDA; LODI, 2007).

A escolha do tema deu-se pela relevância social e acadêmica vivente no contexto da Libras, trazendo uma maior apreensão da necessidade de um estudo desenvolvido a respeito da Língua Brasileira de Sinais, sua história e ensino. Os subsídios advindos de uma formação continuada na língua se proporcionam na busca por melhores cargos na educação por meio de uma formação completa de professores que atendem os surdos de forma capacitada.

A partir deste cenário, o objetivo geral do estudo é discorrer sobre a importância da formação de docentes em Libras para atuar com alunos surdos nas escolas, como forma de desenvolver uma prática docente na perspectiva de ensino bilíngue promovendo de maneira significativa a aprendizagem destes alunos. Considerando estes pressupostos, à pesquisa, formularam-se os seguintes objetivos específicos: conhecer a história da educação dos surdos; perceber a importância da formação dos docentes em Libras.

Feita a escolha e, em seguida, o recorte do tema, para o acréscimo deste, partiu o seguinte questionamento: Qual a importância do ensino de Libras na formação de docentes na educação básica? Para essa discussão, trabalhamos metodologicamente com a pesquisa bibliográfica, baseadas nas contribuições dos estudos de Couto (2014), Dias (2006), Lacerda (2007), Pereira (2008) entre outros.

Este trabalho está estruturado na forma de tópicos que serão apresentados a seguir. O trabalho se inicia com a introdução da temática, a justificativa e os objetivos que se pretendeu alcançar com esta pesquisa. No tópico de metodologia será apresentada o

desenvolvimento deste trabalho, bem como a caracterização desse estudo. No tópico seguinte será retratado o referencial teórico levantado a partir de livros e artigos disponíveis na literatura que trata do tema, servindo de embasamento para este estudo, subdivididos em três subtópicos. E, por fim, serão feitas as considerações finais.

METODOLOGIA

Dada a natureza deste trabalho, este se classifica como uma pesquisa bibliográfica, visto que, segundo Gil (2002, p.44) “ é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Entende-se que a pesquisa bibliográfica tem a vantagem de proporcionar aos pesquisadores um leque de informações mais extenso.

Os estudos bibliográficos buscam explicar e discutir temas com base e referência teóricas publicadas em livros, revistas, periódicas e outros. Procuram também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2001).

No aspecto metodológico utilizou-se uma abordagem qualitativa para análise e discussão da temática, tendo em consideração as questões apontadas pela literatura pesquisada (MINAYO, 1994).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

De acordo com Honora (2014), o fato que se localiza na história da educação de surdos, encontra-se no século XII e propende a uma visão dos romanos e gregos que os surdos deficientes não eram humanos por não se comunicarem. Compreendiam que os surdos não eram capazes de raciocinar. A partir da idade média, a educação europeia induziu o resto do mundo com suas visões e práticas pedagógicas. É pertinente quando se confronta a história, em uma mesma época, no entanto em dois ambientes distintos. Na Europa, a educação de surdos surgiu com os primeiros passos que induziram posteriormente os outros países em suas práticas educacionais.

Os surdos meante o século XVI, segundo Dias (2006) eram notados como selvagem; por consequência disto, visto como ineficazes para a sociedade. Em consequência deste episódio defrontavam a discriminação, a compaixão, a vergonha, e até mesmo a

designação de louco. Na maior parte dos casos, no momento em que avaliamos as maneiras de tratamento proporcionada às pessoas surdas entendemos que estas crescem em função da percepção do homem, apresentada nos distintos tempos da trajetória da humanidade.

A datar de 1860 o método oral principia a ganhar força, já que os profissionais começaram a atribuir ao ensino da língua oral para os surdos. Nessa ocasião nasceu a ideia, acolhida por alguns profissionais até na época atual, que a língua de sinais seria maléfica para a aprendizagem da língua oral (STROBEL, 2008).

A educação dos surdos ampliou por todo o mundo, ocasionando reflexões, especialmente na educação em 1880 no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, por grande interferência de Alexandre Graham Bell, foi estabelecido por meio de votação que o método predominante seria o Oralismo e o uso da língua de sinais foi censurado. Este episódio acarretou como decorrência a dificuldade de prática para os surdos. Todavia, mesmo com a coibição do uso da língua de sinais, os surdos permaneceram utilizando os sinais quando estavam fora da sala de aula (GOLDFELD, 2002).

No entanto, em 1990, posteriormente o insucesso do método oral de ensino para surdos, algumas escolas adquiriram a proposta da educação bilíngue, onde a língua de sinais foi empregada como a primeira língua de instrução, significando a língua portuguesa escrita, analisada como segunda língua para os surdos (KUCHENBECKER; THOMA, 2011).

No Brasil, o ensino para surdos iniciou-se na época Imperial, no qual foi instituída duas instituições: o Imperial Instituto dos meninos cegos, em 1854, atualmente Instituto Benjamim Constant, e o Instituto dos Surdos mudos, em 1857, na época atual o moderno Instituto Nacional da Educação de surdos - INES, ambos na cidade do Rio de Janeiro (COUTO; RUBIO, 2014).

Em 24 de abril de 2002, o governo brasileiro instituiu o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua usada pelas comunidades surdas como a salvaguarda de inclusão, o que foi um progresso significativo na educação dos surdos.

A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA FORMAÇÃO DO DOCENTE

O decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 determina a formação docente para trabalhar na educação de pessoas surdas, a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, como se lê na Constituição Federal no artigo 3º:

Art. 3º A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL, 2005, p. 4).

Nesse seguimento, o decreto dispõe do curso de graduação característico para a formação de docentes no ensino de LIBRAS o que corrobora um amplo progresso, tido como a primeira língua materna das pessoas surdas. Assim, a Libras necessita estar presente no dia a dia da escolarização das pessoas surdas, por isso, cabe às instituições de ensino formar estes profissionais capacitados, acatando sempre a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda Língua. A formação do docente pode e precisa acontecer em todos os campos do conhecimento, também nos níveis e modalidades de ensino. Neste âmbito pode-se refletir na formação continuada em Libras para docentes que trabalham com alunos surdos. A formação em Libras para docentes da Educação Básica é uma precisão crescente na totalidade atual da educação por intermédio das reformas educacionais (SALLES, 2004).

Segundo Nóvoa (1992) a formação de docentes pode ser terminante para fazer surgir um novo molde docente, um professor adequado de conter os conhecimentos que concretizam em suas práticas, afrontando suas experiências junto a situação escolar no qual está inserido, desde que a formação deve ser compreendida como lugar de trabalho e formação.

Torna-se fundamental que o docente pense diariamente sobre sua atuação sobre o seu trabalho com os alunos surdos, por intermédio da formação continuada. Behrens (1996, p.24) afirma que “Na busca da educação continuada é necessário ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social”.

Dessa forma, a formação de docentes, deve atentar à sua língua, costume, história e cultura da Libras torna-se necessário compreender também que por mais que o surdo seja sujeito a aparelhos auditivos, estes não excluíram a mesma função do ouvido humano no

decorrer do processo de aquisição da língua ou em seu desenvolvimento de ensino/aprendizagem. Além disso, sustentando o enfoque na educação de qualidade, Brzezinski (2008) considera o termo qualidade social consistindo em:

[...] fundamentada na concepção histórico-social e que tem como paradigma educacional as relações entre cultura, sociedade e educação [...] sendo o processo marcado pela complexidade do conhecimento, pela crítica, pela reflexão-ação, pela criatividade, pelo reconhecimento da identidade dos envolvidos nos processos e pelas relações estabelecidas na mediação entre formadores e aprendentes (BRZEZINSKI, 2008, p. 1141-1142).

Diante do exposto, essas instituições defendem um projeto de sociedade, de educação, de formação de docentes e de escola baseado na concepção histórico-social e que tem como paradigma educacional as relações entre cultura, sociedade e educação na qual necessitamos transformar a realidade educacional, de maneira que o contexto educacional que estes indivíduos estão inseridos lembre e pense sobre a cultura e identidade características dos surdos.

A LIBRAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação sendo um direito de todos é de suma relevância o papel notório da libras para os docentes. Isso independe da deficiência, visto que a libras atualmente é vista como diferencial na formação de profissionais que anseiam em atuar na área da educação. Dessa maneira, alunos e docentes ganham mais qualidade de ensino e maior será a inclusão social.

A função do professor tem sido muito evidenciada no que diz respeito a inclusão de alunos surdos no ensino regular. Muitos autores relatam o papel desse profissional como fundamental na chamada educação inclusiva enfatiza que entre as atribuições dos professores está a de criar situações para que os alunos surdos possam participar nesse novo contexto educacional, de forma que suas limitações não o delimitem.

Na concepção de educação inclusiva, a formação do docente visando o aprimoramento da prática pedagógica, tem incentivado diversas reflexões nos docentes e nas instituições do governo. A autora reitera ainda que mudanças são essenciais, pois ao se pensar em alternativas de construção de uma educação inclusiva para todo o país no momento, é a situação dos recursos humanos, especificamente dos educadores de classes regulares, que necessitam de fato serem capacitados para transformar sua prática educativa (LEÃO, 2004).

Com relação a esse aspecto, a Secretaria de Educação e o Ministério da Educação e do Desporto (1993) menciona que:

O aluno surdo, mais que a necessidade, tem o direito a uma educação ministrada por professores especializados. Assim como não se concebe a ideia que alguém seja cuidado nos seus problemas de saúde por profissionais que não sejam médicos especializados, não se admite que o desenvolvimento das potencialidades do aluno surdo seja ministrado por educadores que não tenham o preparo necessário para um processo educativo seguro e eficiente.

De acordo com Delgado (2011 p, 63), os professores são fundamentais no processo de ensino aprendizagem de crianças surdas, de modo que ensinam e desempenham novas formas de comunicação com seus alunos, aumentando sua capacidade de interação com o meio no qual ele convive.

A introdução da Libras como disciplina curricular em escolas de surdos é inserida durante a década de 90, mas com pequena estruturação. Instrutores e professores de surdos começam a ser contratados em escolas especializadas, porém a pouca formação e a falta de experiência com a educação de surdos utilizando a Libras como língua materna resultou em equívocos metodológicos (PEREIRA, 2008).

Também é fundamental que destacar que os materiais didáticos específicos, tais como: livros em língua de sinais e em língua portuguesa; computadores com acesso a internet e com software dicionário de LIBRAS, entre outros, são muitas vezes escassos nas escolas públicas do país. Hoje, o uso da tecnologia pelos professores e alunos em sala de aula, tem melhorado significativamente a qualidade do ensino. Porém, as limitações encontradas nas escolas, são evidentes. Dessa forma, é necessário que sejam criados novos

investimentos por parte das políticas públicas para alavancar a qualidade do ensino inclusivo.

Conforme Sasaki (1997, p.3) a inclusão é o “processo pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais”. Nessa perspectiva a escola se adapta cria meios para subsidiar uma proposta que atenda as necessidades do seu aluno, o professor preparado para receber a demanda social.

A proposta é que nós professores possamos usar a língua do surdo, adaptar e recriar estratégias que deem acessibilidade à pessoa surda, o mesmo direito ao acesso aos conhecimentos como os demais alunos ouvintes, então promover uma educação onde todos são atuantes dentro de cada realidade apresentada, participantes ativos no processo ensino-aprendizagem.

Com o passar dos tempos os surdos vem conquistando seu espaço e direitos sociais, através de lutas constantes por equidade, porém, embora atualmente a LIBRAS já tenha o status de língua, reconhecida como tal por meio da Lei nº 10.436/2002, alguns mitos permeiam a Língua de Sinais.

Segundo Gesser (2009), algumas das crenças mais recorrentes, são: A Língua de Sinais é universal? Não. A LIBRAS é mimica? Não. É possível expressar conceitos abstratos? Sim. Ela é apenas o alfabeto manual? Não. É uma versão sinalizada da Língua oral? Não. Todos os surdos fazem leitura labial? Não. Entre outros.

Portanto, é importante destacar que a LIBRAS é a língua materna dos surdos, devendo ser ensinada como língua 1 para esses sujeitos. Sendo assim, no ambiente escolar também deve ocorrer esse aprendizado, sendo necessário que os professores mediadores tenham o conhecimento deste idioma e disponham de estratégias adequadas ao ensino do surdo.

Desse modo, é relevante a busca por formação continuada, para que ocorra a verdadeira inclusão dos surdos na sala de aula da turma regular de ensino, e ainda para que seu aprendizado e desenvolvimento sejam efetivados, contribuindo na formação de cidadãos críticos, letrados e atuantes em uma sociedade majoritariamente ouvinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a formação de professores para atuar com a educação de surdos ainda precisa ser transformado no intuito de realmente conseguirmos uma inclusão desses

alunos nas instituições escolares, possibilitando assim o acesso, a permanência de todos nesses espaços e garantindo que todos tenham a oportunidade de construir conhecimentos significativos à vida em sociedade.

Considera-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), acarreta em seus sistemas a precisão de uma concepção sólida aos profissionais de educação, com o propósito de que alcancem cumprir as atividades a partir da informação dos fundamentos científicos e sociais intrínsecos ao seu trabalho. Incorporada à LDBEN, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de docentes da Educação Básica estabelecem que a formação desses professores se dê em nível superior, nos cursos de licenciatura de graduação plena, e, para exercer na educação superior se dará em cursos de pós-graduação Lato e Stricto-sensu.

Ao analisar as informações bibliográficas sobre a temática referente a educação dos surdos e a formação de docentes em Libras, finda-se que houve um desenvolvimento de mudança expressiva do olhar da sociedade com referência à questão do Surdo. Todavia, ainda é um desenvolvimento lento na conjuntura das políticas educacionais da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. Formação continuada dos professores e a prática pedagógica. Curitiba, PR: Champagnat, 1996.

BRASIL, Presidência da república. Lei de Libras. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: . Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República, Decreto nº5.626, de 22 de 2005. DOU de 23.12.2005.

BRZEZINSKI, I. Políticas Contemporâneas de Formação de Professores para os anos iniciais do ensino fundamental. Educação Sociologia, Campinas: vol.29. n.105. 2008. p. 1139-1166.

COUTO, L. F.; RUBIO, J. A. S. Libras: uma análise histórica na perspectiva da educação inclusiva. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v.5, n.1, 2014.

DELGADO, Adriana Patrício. O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. Espaço do Currículo, v. 4, n. 2, p.162-171, 2012.

DIAS, V. L. L. Rompendo a barreira do silêncio: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental. 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2006.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: parábola editorial, 2009.

GIL. A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista/Marcia Godfield. - 5° Ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HONORA, Marcia. Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização: ensino fundamental, 1 ciclo/ Marcia Honora. -São Paulo: Cortez, 2014.

KUCHENBECKER, L. G.; THOMA, A. S. Examinar, enquadrar, adaptar o currículo e desenvolver a língua de sinais: estratégias de normalização de alunos surdos down em uma escola de surdos. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 347-362, 2011.

LACERDA, C. B. F. LODI, Ana Cláudia Balieiro. A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngüe para alunos surdos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30, 2007, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: ANPED, 2007. v. 1. p. 1-14.

LEÃO. A. M. C. O Processo de Inclusão: a formação do professor e sua expectativa quanto a desempenho acadêmico do aluno surdo [Dissertação]. São Carlos/SP: UFSCAR, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Educação Especial no Brasil, 1993.

NÓVOA A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa A. Os Professores e a sua formação. Lisboa: Nova Enciclopédia, Publicações Dom Quixote; 1992.

PEREIRA, M. C. P. Reflexões a partir da observação de uma aula de língua de sinais brasileira como primeira língua. DOMÍNIOS DE LINGU@GEM Revista Eletrônica de Linguística (www.dominiosdelinguagem.org.br). Ano 2, nº 1 - 1º Semestre de 2008.

SALLES, H. M. M. L. [et al]. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004. V.1.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis :Editora da UFSC, 2008.